Sociedade do hiperconsumo ao risco: A educação ambiental como instrumento para a ecologização do Direito do Consumidor e promoção do consumo sustentável

Society from hyperconsumption to risk: Environmental education as a tool for greening consumer law and promoting sustainable consumption

Katryelen Britto da Silva Domingues[1]

Stella Ginar da Silva[2]

RESUMO

Tendo em vista a relevância do agravamento dos impactos ambientais pelo hiperconsumo da sociedade e pela obsolescência programada, esse artigo estabelece como objetivo fomentar um pensamento crítico sobre a necessidade de promoção da educação ambiental e do consumo sustentável através do instrumento da ecologização do direito do consumidor. Assim, a partir da pesquisa bibliográfica-documental, pretendeu-se tecer considerações sobre a sociedade de consumo em direção ao surgimento da sociedade de risco, demonstrar as consequências ocasionadas pela sociedade de consumo ao meio ambiente e seus efeitos agravados pela lógica consumerista, bem como apresentar os mecanismos de educação ambiental voltados para a conscientização dos consumidores na busca do consumo sustentável como prática cotidiana.

Palavras-chave: Consumo sustentável; Direito do Consumidor; Ecologização; Hiperconsumo; Sociedade de risco.

ABSTRACT

Given the worsening environmental impacts of society's hyperconsumption and planned obsolescence, this article aims to foster critical thinking about the need to promote environmental education and sustainable consumption through the greening

[1] Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), katryelensilva@gmail.com.

[2] Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), stellaginar@gmail.com.

of consumer rights. Based on bibliographic and documentary research, the article aims to explore consumer society's development toward the emergence of a risk society, demonstrate the consequences of consumer society on the environment and its effects, exacerbated by consumerist logic, and present environmental education mechanisms aimed at raising consumer awareness in the pursuit of sustainable consumption as a daily practice.

Keywords: Sustainable consumption; Consumer law; Greening. Hyperconsumption. Risk society.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata sobre como a cultura de hiperconsumo praticados pela sociedade contemporânea afeta o meio ambiente e contribui para a degradação ambiental, culminando e agravando os impactos ambientais em decorrência de um consumo desenfreado, sem consciência e freio. dado a intensa exploração dos bens naturais para a produção de bens que atendam as tendências desenvolvidas pela lógica capitalista do mercado. Para a mudança desse comportamento irracional, faz-se necessário apresentar as razões pelas quais a utilização da educação ambiental é um instrumento capaz de racionalizar, informar e conscientizar os consumidores frente à defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável para as gerações presentes e futuras.

Pretende-se responder a seguinte problemática de pesquisa: “Como o Direito do Consumidor pode ser ecologizado para promover práticas de consumo sustentável e responder aos riscos socioambientais da sociedade do hiperconsumo?”.

O objetivo do trabalho é investigar de que forma a ecologização do Direito do Consumidor, aliada à educação ambiental, pode atuar como instrumento jurídico e pedagógico para a promoção do consumo sustentável e mitigação dos efeitos socioambientais ocasionados pela sociedade do hiperconsumo e de risco.

O artigo será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo buscará tecer algumas considerações sobre a sociedade de consumo em direção ao surgimento e caracterização da sociedade de risco, conceito desenvolvido por Ulrich Beck. Já o segundo capítulo investigará as consequências da sociedade de consumo sob os

impactos ambientais decorrentes e agravados pela lógica mercadológica e consumista, sob a ótica do risco e da vulnerabilidade socioambiental.

Por fim, o terceiro capítulo pretende apresentar os mecanismos de educação ambiental voltados para a conscientização dos consumidores, que busquem estimular o consumo sustentável como prática cotidiana.

Como abordagem metodológica de pesquisa, baseia-se na técnica bibliográfica-documental, através da análise do Código de Defesa do Consumidor, da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.795/99), da Constituição Federal de 1988 e doutrinas.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE DO CONSUMO EM DIREÇÃO AO RISCO

Ao longo do contexto histórico da humanidade, a sociedade enfrentou diversas transformações de caráter econômico, industrial e nos padrões de consumo, os quais culminaram na consolidação da sociedade de consumo existente nos dias atuais. O estímulo ao capitalismo, o desenvolvimento econômico e social atrelado à mercantilização de bens, elevaram o consumo à um valor central e necessário para a vida social.

A sociedade de consumo nasce juntamente com o impulsionamento das transformações ocorridas pela Revolução Industrial, que começou na Inglaterra por meio do século XVIII, tendo como principais características: a massificação da produção dos bens e o consumo de bens (Azevedo, 2012).

Observa-se que a sociedade de consumo pós-moderna é marcada pelo estímulo ao consumo imediato, pela abundância e produção desenfreada de bens descartáveis e pela obsolescência programada, tendo como principal ator desse cenário consumerista, o consumidor.

Ainda que persista o livre arbítrio dos consumidores em adquirir e consumir um determinado bem, o consumidor encontra-se imerso e enganado pelas estratégias lançadas pelo mercado, utilizadas para incitar e condicionar esse agente ao desejo, compra e descarte (Portilho, 2010).

Para Bauman (2008, p.54), a sociedade de consumo não apenas busca satisfazer as necessidades humanas da sociedade, mas também tem como propósito moldar e condicionar o comportamento dos consumidores ao consumo das tendências impostas pelo mercado capitalista:

> A "sociedade de consumidores", em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondiciona. Uma escolha viável e, portanto, plausível - e uma condição de afiliação.

O simples ato de consumir nos dias atuais ultrapassa a barreira da satisfação das necessidades básicas, se convertendo em um comportamento social para que o consumidor se sinta inserido na sociedade.

Tal efeito revela que o consumo é mais do que uma prática econômica, tornando-se um fenômeno cultural incentivado pelo sistema capitalista, inserindo os consumidores à um idealismo em que o consumo seria o caminho para a realização pessoal e caracterização do status social do indivíduo.

Nessa lógica capitalista e consumista, a sociedade fica imersa em um ciclo de compra e descarte de bens de forma desenfreada, movida pelo idealismo de satisfação emocional e felicidade instantânea, os quais são passageiros de acordo com a mudança das tendências do mercado. Consequentemente, os bens que não são mais considerados tendências pelo mercado, passam a ser considerados ultrapassados e sem utilidade ao consumidor.

Segundo Lipovetsky (2000, p.9), esses padrões de comportamento são moldados e definidos aos poucos pelas estratégias de marketing através da publicidade:

> A publicidade faz vender, sem impor mecanicamente comportamentos ou produtos. Crucial para as empresas, funciona como a sedução: só se pode seduzir alguém que já esteja predisposto a ser seduzido. Logo, pressupõe um limite para a persuasão. Além disso, atua sobre aspectos secundários da existência, não sobre o fundamental como o amor, a educação dos filhos, a política, a morte. Os apocalípticos dão um poder exorbitante à publicidade e à mídia, poder que estes não possuem, mesmo que sejam eficazes. A maioria da população, enfim, é perfeitamente indiferente ao jogo da publicidade.

Percebe-se que a publicidade possui uma forma de comunicação carregada de persuasão e estratégia para o mercado de consumo, sendo necessário para o estabelecimento das relações de consumo através, uma vez que tem como intuito influenciar o comportamento dos consumidores à compra dos bens que configuram a tendência do momento no mercado de consumo.

Essa estratégia exercida pela publicidade costuma dar origem à práticas abusivas, em razão da indução ao consumo, comprometendo a autonomia dos consumidores e caracterizando a vulnerabilidade desses consumidores frente à relação consumerista estabelecida.

Através dessas práticas abusivas, o consumidor fica vulnerável e exposto a um molde de felicidade artificial gerenciada pela lógica capitalista sobre a sociedade de consumo, que vende uma ideia de que a aquisição desses bens é necessária para a diferenciação social e para garantir uma felicidade. Ocorre que, “esse padrão de felicidade jamais poderá ser alcançado porque é ilusório e insustentável do ponto de vista psicológico (doenças) e econômico (leva ao superendividamento)” (Azevedo; Andreazza, 2021, p.5).

Enquanto a sociedade de consumo visa o consumo como um valor central, pautando na construção da identidade, status social, pertencimento e felicidade para um indivíduo perante a sociedade, a sociedade de risco surge a partir da “busca intensa por inovações tecnológicas, mas desacompanhada de um método que garanta a previsão das consequências dos riscos das suas decisões” (Pinto, 2021, p. 75).

A definição de sociedade de risco surgiu na virada da pós-modernidade e início do século XXI atrelada às grandes inovações tecnológicas. Tal fenômeno decorre de um processo de modernização complexo e acelerado da sociedade, economia e indústria, o qual priorizou o desenvolvimento e o crescimento econômico (Beck, 2010).

Brouwers e Pereira (2011, p.46) destacam as principais características da sociedade de risco:

> a) inter-relação entre dois conflitos, duas lógicas de distribuição: a distribuição de bens e males – enquanto que na sociedade industrial os embates se travavam em torno da distribuição das riquezas advindas da produção de bens, na sociedade global de risco, procura-se equacionar os efeitos globais, dentre os quais os impingidos ao

> meio ambiente e às sociedades periféricas, da radicalização da produção industrial, baseada na globalização do capital;
> b) debilitação dos fundamentos do cálculo do risco, haja vista a impossibilidade de serem compensados, financeiramente, danos decorrentes do agravamento do nível de desemprego, do subemprego e da pobreza;
> c) debilitação das burocracias e do domínio da economia clássica e redefinição das fronteiras e frentes de batalha da política contemporânea em face do desencadeamento de uma dinâmica de mudanças culturais e políticas em função da explosividade social dos riscos financeiros globais;
> d) colapso da instituição Estado-nação;
> e) emergência do conceito de globalização responsável como tema público e político de alcance mundial em virtude da reflexibilidade causada pelo risco; e f) surgimento de novas opções: protecionismo nacional e regional, instituições transnacionais e democratização.

Esse ciclo de compra e descarte de bens de forma desenfreada, condicionou os consumidores à um novo modelo social pautado pelas tendências apresentadas pelo mercado de consumo e pelo desenvolvimento industrial constante, dando origem à um crescimento significativo do hiperconsumo (Penna, 2000; Martins, 2021), o qual deixa de ser considerado um mero consumo, consequentemente, tornando-se atos de risco.

Martins (2021, p. 364) aduz que:

> Nesse novo rearranjo social, começam a tomar corpo ameaças produzidas até então pelo modelo econômico da sociedade industrial, baseado em um progressivo desequilíbrio proporcionado pelo crescimento e aperfeiçoamento das necessidades humanas, conjugados a um sistema que não se atentou ao necessário respeito à esgotabilidade dos recursos naturais, dando ensejo a uma verdadeira crise ambiental na qual a sociedade passa a conviver com risco permanente de desastres e catástrofes sobre os quais não tem mais controle.

Frisa-se que a sociedade de risco é o resultado de um consumo desenfreado, sem consciência ou racionalidade, dado que esses riscos e consequências do hiperconsumo extrapolam a esfera privada do consumidor e passam a atingir a sociedade como um todo, em especial, por meio dos desequilíbrios ambientais no meio ambiente.

Leite (2012, p.158) destaca que a sociedade de risco “é aquela que, em função de seu contínuo crescimento econômico, pode sofrer a qualquer tempo as consequências de uma catástrofe ambiental.”.

Por essa razão, o próximo capítulo pretende investigar as consequências da sociedade de consumo e desse excesso de consumo sob os impactos ambientais decorrentes e agravados pela lógica de mercado consumista, sob a ótica do risco e da vulnerabilidade socioambiental.

3 OS IMPACTOS AMBIENTAIS AGRAVADOS PELA LÓGICA MERCADOLÓGICA DA SOCIEDADE DE CONSUMO ATUAL

Feita as considerações iniciais acerca da sociedade de consumo em rumo à sociedade de risco, esta baseia-se na coexistência simultânea entre o consumismo imediato e do hiperconsumo, onde tais conceitos se interligam e acabam sendo considerados a causa e consequência dos desequilíbrios ambientais no mundo global (Beck, 2010).

Conforme demonstrado anteriormente, a sociedade de consumo é configurada pela origem e disseminação de perigos ou riscos, especialmente, com a contribuição na degradação ambiental, os quais envolvem o centro da sociedade moderna (Beck, 2010).

Esses aspectos negativos ou riscos gerados pelo consumo e pelos constantes avanços tecnológicos no mercado superam quaisquer aspectos positivos, comprometendo a estabilidade ambiental e a segurança da sociedade frente aos impactos ambientais.

Ou seja, ainda que consumo de bens oportuniza a promoção de bem-estar material à sociedade e satisfação das necessidades básicas, o fenômeno também gera riscos e consequências negativas que superam seus benefícios e positividades, tornando-se cada vez mais incontroláveis frente à limitada capacidade limitada de atuação e controle das estruturas políticas e jurídicas existentes (Calixto, 2013).

Sob essa ótica, partindo de uma análise da sociedade contemporânea, percebe-se que perigo se converteu em um hiperconsumo de bens, no qual os efeitos colaterais desse consumismo desenfreado, compulsivo e sem limites tornam-se invisíveis aos olhos da sociedade, dado a naturalização e cotidianidade do consumo e das estratégias utilizadas pelo mercado de consumo para aquisição das tendências.

Contudo, a principal característica da sociedade de risco é integrar a sociedade à um consumo inconsciente e deixá-la imersa aos riscos e degradações ambientais gerados no cotidiano, em virtude de um hiperconsumo sem freio e sustentado pela lógica capitalista.

Sobre isso, Leff (2006. p.15) evidencia que:

> Não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza; é a perda do sentimento da existência que gera pensamento racional em sua negação da autoridade.

Importante destacar que os efeitos originados pelo consumo exacerbado contribuem para a degradação do meio ambiente, intensificando o aumento das mudanças climáticas, ocorrência de enchentes, aumento do extrativismo, aumento das emissões de gases de efeitos estufa, além do aumento do acúmulo de resíduos sólidos nas áreas urbanas, comprometendo a saúde pública e o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado definido por meio do artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Esses riscos gerados pela contemporaneidade estão interligados às atividades de consumo, geradas pela produtividade e pelo maior potencial de industrialização de itens e bens para o consumo no mercado (Santos; Bahia. 2023).

Como bem destaca Padilha (2010, p.426), o excesso de produção dos “bens de consumo, para alimentar um mercado globalizado, sem respeito aos limites dos recursos naturais e ao equilíbrio dos mais diversos ecossistemas planetários, gerou a atual encruzilhada humana – a do desequilíbrio ambiental”.

Esse consumo excessivo gera consequências irreversíveis ao meio ambiente e agrava a crise ecológica que paira sobre a terra, em razão de que “para o meio ambiente natural a degradação significa a perda irreparável do equilíbrio dos ecossistemas, a destruição de biomas, a poluição das águas, de solos férteis, a extinção das espécies” (Padilha, 2011, p. 234-235).

Essa relação entre o consumo e a degradação ambiental demonstra com vasta clareza que o sistema capitalista mobiliza o mercado de consumo priorizando o lucro dos bens e serviços disponíveis e oferecidos para consumo em detrimento da sustentabilidade e de um consumo sustentável.

A crise ecológica em que a sociedade encontra-se imersa vêm se agravando ano após ano. Inclusive, Neto (2010, p.48) aduz que, ao longos dos anos a produção de CO2 tem sido a causa para o aumento da temperatura atual:

> Entre o período pré-industrial e 2005 a concentração atmosférica de dióxido de carbono aumentou em 35%. Ela passou de 280 para 379 partes por milhão (ppm). Esse valor excede em muito a variação natural dos últimos 650 mil anos, que era de 180 a 300 ppm. O crescimento médio dessa concentração foi de 1,4 ppm/ano entre 1960 e 2005, subindo para 1,9 ppm/ano entre 1995 e 2005. Se a concentração atmosférica de CO2 aumentou é porque as emissões desse gás têm sido maiores. Apenas entre 1970 e 2004 o total anual dessas emissões cresceu cerca de 80%. A principal fonte humana de CO2 é o uso de combustíveis fósseis como o petróleo e o gás natural, mas as mudanças no uso do solo também contribuem bastante.

Compreende-se que essa crise ecológica é o resultado de décadas de exploração dos recursos naturais, de um consumo desenfreado e, especialmente, da falta de preocupação e cuidado com o meio ambiente, impulsionada pelo modelo capitalista que opera sobre o mercado e nas transformações industriais.

Demonstrada a relação entre o consumo e o meio ambiente, e como seus efeitos reverberam de um campo ao outro, faz-se necessário abordar como o Direito do Consumidor pode contribuir na mitigação da degradação ambiental por meio de políticas públicas de promoção à educação ambiental e ao consumo sustentável.

4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA A ECOLOGIZAÇÃO DO DIREITO DO CONSUMIDOR E PROMOÇÃO DO CONSUMO SUSTENTÁVEL

Através do reconhecimento de que a sociedade contemporânea encontra-se imersa em um desenvolvimento tecnológico acelerado e pelo hiperconsumo descontrolado, dá-se início ao fenômeno da sociedade de risco, conceito descrito por Ulrich Beck (Beck, 2010).

Este novo paradigma social em que a sociedade está inserida, caracteriza-se pela complexibilidade dos riscos decorrentes da conduta dos consumidores, as quais escapam dos controles de regulação estatal e jurídica, em razão da imersão na esfera do meio ambiental, sob a qual não detemos nenhum poder para transformá-la por

completo, apenas mitigar os estragos e consequências ambientais que ocorrerão ao decorrer dos anos.

Com base nisso, as relações de consumo não podem ser analisadas somente com um olhar econômico e consumerista, mas sim visando a atenção aos princípios da dignidade da pessoa humana e sustentabilidade e em plena defesa ao direito fundamental de proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e das gerações futuras ao meio ambiente.

Assim, a defesa ao meio ambiente passa a ser um elemento estruturante para a ordem jurídica, em especial, no campo do direito do consumidor, visando a promoção de um consumo consciente, sustentável e responsável.

Inclusive, merece evidenciar que o princípio da sustentabilidade compreendido no direito ambiental estabelece que o desenvolvimento econômico e social de uma determinada sociedade deve acontecer de forma equilibrada com a preservação do meio ambiente, garantindo qualidade de vida digna para as gerações presentes e futuras.

Significa dizer que, o ato de consumir determinados bens e serviços está diretamente ligado à produção, ao descarte de resíduos sólidos e ao esgotamento de recursos sociais. Logo, percebe-se a conexão entre o direito do consumidor e o direito ambiental frente ao consumo. Assim, o consumo sustentável é a forma prática de aplicabilidade do princípio da sustentabilidade nas relações de consumo frente ao hiperconsumo consumido pela sociedade atual, visando a mitigação dos impactos ambientais negativos.

Araújo (2015, p.285) doutrina que:

> É notória a harmonia que existe entre as legislações consumerista e ambiental, já que tanto a primeira como a segunda buscam, entre outras coisas, a proteção da saúde e do bem-estar da sociedade, só que uma se utiliza da definição “consumidor” e a outra utiliza apenas “todos”.

Percebe-se que todo advento referente ao consumo deveria ter a sustentabilidade como base ou até mesmo orientação ecológica para manutenção dos recursos naturais, da preservação do meio ambiente, o qual é o mínimo existencial ecológico (Sarlet, 2010), bem como da proteção ao direito fundamental do meio

ambiente ecologicamente equilibrado definido por meio do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988):

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado um dos bens jurídicos coletivos mais importante presente em nosso ordenamento jurídico brasileiro, dado que o mesmo está intrinsecamente ligado à proteção das condições básicas necessárias para a manutenção e desenvolvimento da vida e saúde humana para a existência da sociedade (Derani, 2008).

Além disso, tal preceito fundamental é a condição fática e jurídica necessária para o exercício pleno dos direitos fundamentais sociais, como, por exemplo, a saúde, a alimentação e a moradia, indispensável para a concretização e proteção da dignidade da pessoa humana.

Nas palavras de Leite e Ayala (2010, p.122), “quando se protege juridicamente o bem ambiental, [...] visa à conservação de um bem que pertence à coletividade como um todo e cujo controle é feito de forma solidária entre o Estado e os cidadãos”.

Conforme definido no artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI da Constituição Federal de 1988, incumbe ao Poder Público a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como criar mecanismos de conscientização pública da sociedade para a preservação do meio ambiente.

Há também previsão legal de promoção da educação ambiental e da informação como política pública necessária para frear o consumo excessivo do consumidor frente aos impactos ambientais do hiperconsumo, por meio do artigo 4º, inciso IX do Código de Defesa do Consumidor.

Inclusive, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), esclarece no art. 3º, XIII, que se caracterizam como padrões sustentáveis de produção e consumo a produção e o consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem

comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras.

A definição de educação ambiental está descrita no artigo 1º da Lei nº 9.795/99 (Brasil, 1999):

> Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Em conformidade a isso, Leite e Ayala (2004, p.327) lecionam que:

> Explicita que há dois modos de educação ambiental: a educação ambiental no ensino formal (aquela desenvolvida no âmbito dos currículos das variadas instituições de ensino) e a educação ambiental não formal (que se configura em toda e qualquer ação voltada tanto à sensibilização do povo em matéria ambiental quanto à sua organização e participação em prol da defesa do meio ambiente.

Nesse sentido, demonstra-se a importância da educação ambiental como um instrumento necessário para formar consumidores conscientes e, sobretudo, fomentar à ecologização do direito do consumidor no ordenamento jurídico brasileiro, como formas de promoção ao consumo sustentável e preservação do meio ambiente.

A Agenda 2030 da Organização Mundial das Nações Unidas, por meio de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 12), tem como meta definida a promoção de padrões de consumo e produção responsáveis, contribuindo para uma gestão sustentável e consciente (ONU).

A educação como instrumento de conscientização à um consumo sustentável e ecologização do direito do consumidor apresenta-se como uma ferramenta eficaz e importante para a compreensão de que o meio ambiente integra um bem coletivo da sociedade e que a sua preservação e defesa depende exclusivamente das escolhas conscientes, que nós - consumidores ou fornecedores (dentro de uma lógica de mercado), escolhemos.

Na verdade, a educação (de um modo geral) é um mecanismo transformador de realidades e de consciência, podendo ser de grande valia para que os indivíduos imersos na lógica de mercado e hiperconsumo compreendam os impactos ecológicos de determinados atos de consumo praticados pelos consumidores na sociedade.

Leite e Ayala (2004. p.324) afirmam que:

> A defesa do meio ambiente, realizada por uma pessoa já conscientizada em termos ambientais, mostrar-se-á mais freqüente e eficaz que qualquer outra, já que a pessoa não medirá esforços para fazê-lo e tenderá a pensar de forma mais solidária com a proteção de um bem que não pertence a si de forma exclusiva e, sim, coletiva.

Partindo dessa lógica, é imprescindível que o Estado atue como regulador das práticas de consumo, mas também incumbe ao Poder Público a criação e promoção de políticas públicas voltadas à sustentabilidade, à educação ambiental para a sociedade consumerista, dado que determinados danos ambientais podem ser mitigados através de uma ação ativa do Estado para educar e conscientizar esses consumidores imersos na lógica consumista.

Ou seja, a ecologização do direito do consumidor terá êxito com a mudança de conscientização e aquisição de racionalidade ambiental e coletiva pelos consumidores.

Nesse sentido, Cortez (2009, p. 37):

> A qualidade de vida e a felicidade têm sido cada vez mais associadas e reduzidas às conquistas materiais. Tal posicionamento acaba levando a um ciclo vicioso, em que o indivíduo trabalha para manter e ostentar um nível de consumo, reduzindo o tempo dedicado ao lazer e a outras atividades e relações sociais.

Através da educação ambiental, é possível compreender que a coletividade possui papel importante no enfrentamento da crise ecológica em que o mundo global está inserido, com isso. Assim, o consumidor deixa de ser apenas um elemento das relações de consumo e passa a exercer papel político e de resistência dentro do mercado de consumo, podendo transformar e mudar as dinâmicas de produção e consumo da sociedade de consumo que fragilizam o ecossistema.

O instrumento da educação oportuniza para a sociedade a efetividade do princípio da informação, o qual, segundo Soares (2005, p.65):

> O princípio da informação prevê o direito e o dever de todas as pessoas estarem informadas sobre as questões ambientais, inclusive acerca dos materiais e atividades perigosas em suas comunidades e dos reflexos e dos riscos que tais atividades ou produtos podem vir a apresentar para a saúde e para a qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Mas esse princípio vai mais além: direciona a atuação do Estado para exigência de transparência na conduta do fornecedor.

Pondera-se que a educação ambiental age como um instrumento necessário para a efetivação do princípio da informação, dado que esse princípio busca justamente informar sobre as questões que versam sobre a matéria ambiental, porém também desenvolver a racionalidade e consciência desses indivíduos para os riscos e impactos ambientais decorrentes das ações humanas.

5 CONCLUSÃO

Ao final dessa pesquisa, retoma-se ao problema de pesquisa: “Como o Direito do Consumidor pode ser ecologizado para promover práticas de consumo sustentável e responder aos riscos socioambientais da sociedade do hiperconsumo?”.

Diante da realidade contemporânea da sociedade marcada pelo hiperconsumo e pelo desencadeamento de uma sociedade de riscos globais, o presente artigo demonstra a necessidade do Direito do Consumidor ser ressignificado à luz das transformações sociais e dos impactos ambientais que ocorrem cotidianamente no século XXI.

A lógica tradicional de atuação estatal, centrada na proteção individual, tem se revelado insuficiente frente à complexidade dos riscos produzidos por uma sociedade com padrões de consumo insustentáveis e desproporcionais.

O reconhecimento da sociedade como uma sociedade de risco, com base na terminologia desenvolvida por Ulrich Beck (2010), demonstra a urgência de uma atuação resolutiva que antecipe os danos causados ao meio ambiente e, de certo modo, incorpore o princípio da precaução nas políticas públicas voltadas à sustentabilidade, à educação ambiental e desenvolvimento de práticas sustentáveis para a sociedade.

Assim, a ecologização do direito do consumidor emerge como uma estratégia educacional para lidar e mitigar os efeitos relacionados ao hiperconsumismo, protegendo os consumidores, mas especialmente, o meio ambiente, pois para a ocorrência de relações de consumos saudáveis e organizadas precisamos de um

meio ambiente ecologicamente equilibrado e de políticas públicas que protejam-o e preza pela proteção à qualidade de vida.

Contudo, a partir de toda essa análise, é necessário que o direito do consumidor proteja as relações individuais, mas também incorpore em sua legislação e políticas públicas de consumo a proteção aos bens coletivos, como é o caso do meio ambiente. Isso porque, o consumo tem estrita relação nos impactos ambientais, pois todas as relações de consumo individuais reverberam na esfera ambiental.

Respondendo a problemática da pesquisa, entende-se que, embora seja importante e necessária uma atualização legislativa no Código de Defesa do Consumidor com promoção à justiça ambiental e à sustentabilidade, a ecologização da seara consumerista será mais eficaz e combativa através de uma mudança de mentalidade, consciência ou até mesmo racionalidade dos consumidores, no reconhecimento dos limites frente aos recursos naturais oferecidos pelo planeta Terra, diante da apresentação de políticas públicas e propostas de conscientização e educação face ao consumo para a sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando Costa de. O reconhecimento jurídico da hipervulnerabilidade de certos grupos de consumidores como expressão de um sentido material de justiça no contexto da sociedade de consumo contemporânea. **In: I Seminário Internacional Imagens da Justiça, Currículo e Educação Jurídica (Anais).** 2012 – V. 1. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária (UFPel). Disponível em: <http://imagensdajustica.ufpel.edu.br/anais/trabalhos/GT%207/GT%207%20 %20AZEVEDO,%20Fernando%20Costa%20de.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

AZEVEDO, Fernando Costa de; ANDREAZZA, Cauê Molina. A vulnerabilidade comportamental do consumidor. **Revista de Direito do Consumidor.** vol. 138. ano 30. p. 109-130. São Paulo: Ed. RT, nov./dez. 2021. Disponível em: <https://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2023/01/18/17_53_43_119_A_vulnerabilidade_comportamental_do_consumidor.pdf>.. Acesso em: 01 ago. 2025.

BAGGIO, Andreza Cristina. A sociedade de risco e a confiança nas relações de consumo. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 127–147, 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/6248>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução: Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BROUWERS, Silvana do Prado; PEREIRA, Reginaldo. Sociedade de risco e racismo ambiental na globalização. **Revista de Direito Ambiental,** São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 61, p. 37–74, jan./mar. 2011.

CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; RODRIGUES, Maria Madalena de Oliveira. A obsolescência programada na perspectiva da prática abusiva e da tutela do consumidor. **Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor,** Porto Alegre, v. 7, n. 42, p. 35–58, dez./jan. 2012. Disponível em: <http://www.editoramagister.com/doutrina_22860424_A_OBSOLENCIA_PROGRAMADA_NA_PERSPECTIVA_DA_PRATICA_ABUSIVA_E_A_TUTELA_DO_CONSUMIDOR.aspx>. Acesso em: 09 jun. 2025.

CALIXTO, Fernanda Karoline Oliveira. **O tratamento jurídico dos desastres urbano-ambientais na perspectiva da sociedade de risco: o caso do Vale do Reginaldo em Maceió/AL.** 2013. [170] f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito de Alagoas, Programa Pós Graduação de Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/3497>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CORTEZ, Ana Tereza Caceres. Consumo e desperdício: as duas faces das desigualdades. In: CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Orgs). **Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano.** São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. pp. 35-62.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico.** 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Consumo sustentável: a proteção do meio ambiente no Código de Defesa do Consumidor**. 1. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** São Paulo: Papirus, 2003.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. A transdisciplinaridade do direito ambiental e a sua equidade intergeracional. **Revista Sequência.** Florianópolis: Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Direito, UFSC, v.21, n.42, 2000, p.113-136.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LEITE, José Rubens Morato. Sociedade de risco e estado. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** 5. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 157-232.

LIPOVETSKY, Gilles. Sedução, publicidade e pós-modernidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 12, p. 24–31, jun. 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. **Felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo.** Lisboa: Edições 70, 2015.

MARTINS, Joana D'Arc Dias. Meio ambiente e consumo no contexto da sociedade de risco: individualismo versus princípio da solidariedade. **Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí,** Ano 01, n. 01, p. 359–372, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2022/01/Meio-ambiente-e-consumo-no-contexto-da-sociedade-de-risco-Individualismo-versus-princi%CC%81pio-da-solidariedade.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

NETO, Petrônio de Tilio. **Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o ecologismo dos pobres.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 29 jul. 2025.

PADILHA, Norma Sueli. **Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PADILHA, Norma Sueli. O equilíbrio do meio ambiente do trabalho: direito fundamental do trabalhador e de espaço interdisciplinar entre o direito do trabalho e o direito ambiental. **Revista TST.** Brasília, v. 77, n. 4, out./dez. 2011. Disponível em: < https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/28356/009_padilha.pdf?sequence=5>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PASQUALOTTO, Adalberto de Souza; SARTORI, Paola Mondardo. Consumo sustentável: limites e possibilidades das práticas de consumo no contexto nacional. **Revista de Direito Ambiental.** São Paulo , n.85, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/retrieve/113446/141898.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PENNA, Carlos Gabaglia. **O estado do planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PINTO, Celciane Malcher. A sociedade de risco na visão de Ulrich Beck e suas conexões com o direito e mei ambiente. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Florianópolis, Brasil, v. 7, n. 1, p. 73–91, 2021. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9687/2021.v7i1.7721. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/7721>. Acesso em: 2 ago. 2025.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2010.

RENNER, Rafael Henrique. Obsolescência programada e consumo sustentável: algumas notas sobre um importante debate. **Revista Interdisciplinar de Direito da Faculdade de Direito de Valença,** Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda., 2012, p. 405–416. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/529>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SANTOS, Ana Carolina Dias dos; BAHIA, Carolina Medeiros; WODTKE, Guilherme Domingos. Contribuições da teoria da sociedade de hiperconsumo e da teoria da sociedade de risco para a ecologização do direito do consumidor. **Revista de Direito do Consumidor,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 32, n. 146, p. 183–207, mar./abr. 2023. Disponível em: <http://revistadostribunais.com.br/maf/app/document?stid=st-rql&marg=DTR-2023-3309>. Acesso em: 09 jun. 2025.

SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Estado socioambiental e direitos fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Meio ambiente e relação de consumo sustentável. Brasília: B. Cient. **ESMPU**, n. 17, out./dez. 2005, p. 33-60.